



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

O Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 13/04/2022, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2021, nos termos do item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1- Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes

A Administração da Companhia informa que foram publicados, em 11/03/2022, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes S.S., e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2021, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

2- Destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e a distribuição de dividendos

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 um lucro líquido R\$83.401.902,59 (oitenta e três milhões, quatrocentos e um mil, novecentos e dois reais e cinquenta e nove centavos), o qual, subtraído o montante de R\$4.170.095,13 (quatro milhões, cento e setenta mil, noventa e cinco reais e treze centavos), relativo à reserva legal, alcançou o lucro líquido ajustado passível de distribuição de R\$79.231.807,47 (setenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e sete reais e quarenta e sete centavos).

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas que do valor de R\$79.231.807,47 (setenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e sete reais e quarenta e sete centavos), seja destinado o montante de R\$19.807.951,87 (dezenove milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), ao pagamento de dividendos.

A Companhia propõe que a parcela do lucro líquido que excede o valor do dividendo obrigatório, equivalente a R\$59.423.855,60 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), o qual adicionado ao valor de R\$86.775.591,54 (oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), que totaliza o montante de R\$146.199.447,14 (cento e quarenta e seis milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos), seja destinado à conta de reserva de reforço de capital de giro, nos termos do art. 27, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 13/04/2022, e em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31 de dezembro de 2022, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2021, no valor de R\$ 0,08246101 por ação ordinária.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo II), as informações do Anexo 9-1 II da IN CVM 481.



3- Definição do número de 07 membros do Conselho de Administração para o próximo triênio:

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 12, dispõe que o Conselho de Administração será composto de até 07 (sete) membros e até igual número de suplentes.

Nesse sentido, o Acionista controlador propõe que o número de conselheiros, para o próximo triênio a se iniciar com a Assembleia Geral Ordinária de 2022, seja fixado em 7 membros.

4- Eleição de membros do Conselho de Administração para um novo mandato de 3 anos.

Encontram-se anexa ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho de Administração da Companhia. Do total dos 7 (sete) membros a serem eleitos para compor o Conselho de Administração no próximo triênio que se inicia com a Assembleia Geral Ordinária de 2022, 6 (seis) serão indicados pelo controlador e 1 (um) será indicado pelos empregados da Companhia. Todos os membros eleitos terão prazo de mandato de 3 (três) anos, conforme artigo 12 do Estatuto Social da Companhia.

5- Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2023:

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023 será de até R\$ 15.580.939,54 (quinze milhões, quinhentos e oitenta mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

6- Instalação do Conselho Fiscal; eleição dos seus membros e respectivos suplentes e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Considerando que o acionista controlador detém 99,73% do capital social, caberá exclusivamente a ele, na forma do §2º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, votar acerca da instalação do Conselho Fiscal. A administração da Companhia propõe a não instalação do Conselho Fiscal.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal, caso venha a ser instalado, não será inferior ao equivalente a 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 9º da instrução CVM nº 481/2009 –relatório do comitê de auditoria estatutário e comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 10 do Formulário de Referência.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais



No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado. Esta posição se reflete em um nível de rating avaliado em brAAA (escala nacional). A Companhia encerrou 2021 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,62, com o Índice Dívida Bruta / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,75 e com o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,53. Ajustando esse indicador com a exclusão dos mútuos com a controladora Enel Brasil, os quais, embora não subordinados às dívidas com terceiros, têm uma exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia, o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) passaria a 2,82.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. A Companhia pode contar com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição.

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e junto aos seus controladores diretos e indiretos para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (1)	3,75	3,50	2,99
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (1)	3,53	2,93	2,67
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,62	0,54	0,51
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,60	0,50	0,49
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,30	1,45	1,53
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,69	1,08	0,72
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,06	0,23	0,11

(1) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos SWAP, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários



b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.712.963	3.591.235	3.660.976
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	5.633.408	3.379.800	3.252.711
TOTAL (R\$ mil)	9.346.371	6.971.035	6.913.687
Capital Próprio (%)	39,73%	51,52%	52,95%
Capital de Terceiros (%)	60,27%	48,48%	47,05%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

2021

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 2021, 39,73% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 60,27% oriundos de capital de terceiros (inclui os empréstimos junto ao controlador). A participação de capital de terceiros cai para 54,8% com a exclusão dos empréstimos mantidos junto à sua controladora direta Enel Brasil. Os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2020

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2020, 51,52% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 48,48% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2019

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2019, 52,95% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 47,05% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2021, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. A Companhia pode contar ainda com o apoio de sua controlada para assegurar esta condição. Nos últimos três anos, se verifica o cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:



Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	0,62	0,34	0,80
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,14	0,08	0,19
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	CITIBANK N.A.	3,50	-	2,77	2,52
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	CITIBANK N.A.	0,60	-	0,48	0,47
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	ITAUBBA PLC	3,50	-	2,77	2,52
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	ITAUBBA PLC	0,60	-	0,48	0,47

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Contrato - Emissões de Debêntures	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	9ª e 10ª	0,60	-	0,48	0,47
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	9ª e 10ª	3,50	-	2,77	2,52

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, assim como o suporte do grupo controlador, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2021

Ao final do exercício de 2021, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2021, medindo 3,53, um pouco acima do seu limite referencial (máximo de 3,50). Ajustando esse indicador com a exclusão dos mútuos com a controladora Enel Brasil, os quais, embora não subordinados às dívidas com terceiros, têm uma exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia, o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) passaria a 2,82. Adicionalmente, a Companhia fechou 2021 com alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), em 0,60 (ou 0,55 ajustado com a exclusão dos empréstimos mantidos junto à sua controladora direta Enel Brasil). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento satisfatório, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações no futuro.

2020

Ao final do exercício de 2020, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2020, medindo 2,77, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, a Companhia fechou 2020 com índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), em 0,48 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com



capital de terceiros no futuro.

2019

Ao final do exercício de 2019, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2019, medindo 2,52, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, a Companhia fechou 2019 com índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2019 em 0,47 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais (2019, 2020 e 2021), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; (iii) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); e (iv) empréstimos intercompanhia realizados com sua controladora e com outras companhias sob o mesmo controle acionário da Ampla.

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos e capital de giro.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte das necessidades de recursos financeiros. Para complementar a geração de caixa operacional, a Companhia busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de capital de giro, realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício de 2021, foram captados os montantes de R\$ 320.000 mil oriundos de fontes bancárias de longo prazo (Scotiabank) para financiar capital de giro. Adicionalmente, a Companhia captou junto a controladores diretos e indiretos um montante de R\$ 3.064.099 mil para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinarciar dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício de 2020, foram captados os montantes de R\$ 150.000 mil e R\$ 200.000 mil oriundos de fontes bancárias de curto e longo prazo (Scotiabank e BNP), respectivamente, para financiar capital de giro. Adicionalmente, para liquidar e refinarciar dívidas, a Companhia captou junto a controladores diretos e indiretos um montante de R\$ 1.600.000 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício de 2019, foram captados os montantes de R\$ 600.000 mil e R\$ 1.000.000 mil oriundos de fontes bancárias de longo prazo (BNP e Scotiabank) e do mercado de capitais, respectivamente, para financiar capital de giro.



e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2021, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000 mil.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para a realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 mil, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 2.700.000 mil. Em 2021, esse limite foi novamente ampliado em mais R\$ 600.000 mil (despacho N° 902 de 30 de março de 2021) e R\$ 2.500.000 mil, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800.000 mil.

A Companhia também possui limite de mútuo com outras companhias sob o mesmo controle acionário, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500.000 mil.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.285.000 mil, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil, com exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia.

Para execução de investimentos, a Companhia utilizou empréstimos junto à sua Controladora, financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2021, 2020 e 2019

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

Empréstimos (f)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Citibank N.A (II)	-	501.282	390.539
Itaú BBA International PLC	-	401.155	311.182
Scotiabank 4131	-	-	217.446
Scotiabank 4131 III	207.118	-	-
Scotiabank 4131 IV	124.161	-	-
BNP PARIBAS 4131 II	218.922	203.866	-
Total de Empréstimos	550.201	1.106.303	919.167
Financiamentos	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	11.712	19.980	28.246
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	-	-	12.223



BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	-	-	12.228
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	-	-	527
BNP PARIBAS 4131 (b)	413.720	413.720	413.720
Total de Financiamentos	425.432	433.700	466.944
Partes Relacionas			
Enel Brasil	1.285.287	1.316.368	989.956
Enel Green Power Cachoeira Dourada	141.462	-	-
Enel Finance International N.V.	3.573.649	750.754	-
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	5.000.398	2.067.122	989.956
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.976.031	3.607.125	2.376.067
Resultado das Operações de Swap	15.066	-333.416	-132.540
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.991.097	3.273.709	2.243.527
Circulante	3.144.268	595.083	1.260.803
Não Circulante	2.846.829	2.678.626	1.115.264

Características das operações contratadas:

- Repasse BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 21 de junho de 2013, no montante total de R\$ 450.170.685,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- BNP 4131 - Financiamento contratado em 04 de fevereiro de 2019 com o objetivo de financiar o capital de giro da Companhia no montante de R\$ 400.000.000,00.
- Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia:
 - Contrato com Itaú BBA International – Empréstimo contratado em 05 de julho de 2017 no montante total de USD 75.620.084,69, equivalentes a R\$ 250.000.000,00;
 - Contrato com Citibank N.A (II) – Empréstimo contratado em 28 de março de 2018 no montante total de USD 96.869.891,63, equivalentes a R\$ 320.000.000,00;
 - Contrato com Scotiabank 4131 – Empréstimo contratado em 11 de julho de 2019 no montante total de USD 53.329.067,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,97;
 - Contrato com Scotiabank III 4131 – Empréstimo contratado em 01 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 36.900.369,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,98;
 - Contrato com Scotiabank IV 4131 – Empréstimo contratado em 26 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 22.140.221,40, equivalentes a R\$ 119.999.999,99;
 - Contrato com BNP PARIBAS II 4131 – Empréstimo contratado em 23 de dezembro de 2020 no montante total de USD 39.215.686,27, equivalentes a R\$ 199.999.999,98.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
2021	-	-	703.566
2022	-	1.910.564	408.257
2023	870.919	3.440	3.441
2024	1.672.567	750.000	-
2025	329.476	-	-



2.872.962	2.664.004	1.115.264
-----------	-----------	-----------

Debêntures

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2021		Exercício findo em 31/12/2020		Exercício findo em 31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 9ª emissão	-	-	-	-	601.170	-
1ª série - 10ª emissão	-	-	5.987	1.000.000	15.782	1.000.000
(-) Custos a Amortizar	-	-	-	(1.057)	(1.037)	(1.382)
Total sem Efeito de Swap	-	-	5.987	998.943	615.915	998.618
Resultado das operações de Swap	-	-	-	-	-	-
Total de Debêntures Líquido	0	0	5.987	998.943	615.915	998.618

As debêntures apresentadas no quadro acima, liquidadas em 2020 e 2021, possuíam as seguintes características:

Características	9ª emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2020
Vencimento final	15 de dezembro de 2020
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	114% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Única Parcela
Data das amortizações	2020

A 9ª emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de novembro de 2017, e teve como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.



Características

Conversibilidade
 Espécie
 Tipo e forma
 Quantidade de títulos
 Valor nominal
 Data de emissão
 Vencimento inicial
 Vencimento final
 Atualização monetária
 Repactuação
 Remuneração
 Exigibilidade de juros
 Amortizações
 Data das amortizações

10ª emissão

Série Única

Debêntures simples, não conversíveis em ações
 Quirografária
 Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
 1.000.000 debêntures simples
 R\$ 1.000,00
 15 de março de 2019
 15 de março de 2024
 15 de março de 2024
 Sem atualização
 Não haverá
 108% da Taxa DI
 Semestral
 Em duas parcelas anuais
 2023 e 2024

A 10ª emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de fevereiro de 2019, e teve como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

A Companhia estava sujeita à manutenção do seguinte índice financeiro, calculado trimestralmente, com base em suas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais. O pagamento antecipado voluntário das debêntures remanescentes, em dezembro de 2021, eliminou esta obrigação contratual.

10ª emissão

Obrigações especiais financeiras

Limite

Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)

3,50

A curva de amortização das debêntures registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
2020	-	-	-
2021	-	-	(325)
2022	-	(650)	(325)
2023	-	666.342	666.342
2024	-	333.251	332.926
	0	998.943	998.618

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financ. e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	%	Exercício findo em 31/12/2020	%	Exercício findo em 31/12/2019	%
Moeda nacional						
Taxa Fixa	619.722	10,3%	430.510	10,1%	662.188	17,2%



TJLP	-	0,0%	-	0,0%	24.978	0,6%
Selic	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
CDI	5.371.375	89,7%	3.844.355	89,8%	3.147.490	81,6%
IPCA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Libor	-	0,0%	3.774	0,1%	23.404	0,6%
Total	5.991.097	100,0%	4.278.639	100,0%	3.858.060	100,0%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA, SANTANDER, BRADESCO (sindicato de repasse BNDES), BNP e SCOTIABANK. Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia nos últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, com exceção dos empréstimos intercompanhia firmados com a Enel Brasil que mantinham condição de subordinação a determinadas dívidas. Essa condição deixou de existir com o pagamento antecipado voluntário das debêntures remanescentes, em dezembro de 2021.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

Dos contratos vigentes, apenas os Contratos de Repasse BNDES estabelecem covenants financeiros (Dívida Bancária Líquida ÷ EBITDA ajustado \leq 3,5; Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + PL) \leq 0, os quais estão em cumprimento conforme demonstrado no item 10.1c deste formulário.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Pelos contratos de financiamento com Banco do Nordeste (BNB) e Eletrobrás, há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de *default* pecuniário com estes contratos.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Em casos específicos, os contratos estabelecem obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia.

- Vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*):



Os principais contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos.

- **Protesto de Títulos**

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia. A Ampla monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os Diretores entendem que as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2021, 2020, 2019):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2019	Desembolso em 2020	Desembolso em 2021	Desembolso Total	Garantias
Empréstimos									
Itaú BBA International PLC *	Capital de Giro	250.000	-	05/07/2017	0%	0%	0%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A (II)*	Capital de Giro	320.000	-	28/03/2018	0%	0%	0%	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131	Capital de Giro	400.000	-	04/02/2019	100%	0%	0%	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK 4131	Capital de Giro	200.000	-	11/07/2019	100%	0%	0%	100%	-
SCOTIABANK III 4131	Capital de Giro	200.000	-	01/02/2021	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK IV 4131	Capital de Giro	120.000	-	26/02/2021	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS II 4131	Capital de Giro	199.999	-	23/12/2020	0%	100%	0%	100%	Enel Brasil
Financiamentos									
BNDES Capex 2012-2013*	Financiamento do CAPEX	450.171	2012/2013	16/08/2013	0%	0%	0%	79%	Recebíveis
Partes relacionadas									
Enel Brasil*	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	191.214	-	29/12/2015	0%	0%	0%	100%	-
Enel Brasil 53	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	788.003	-	10/12/2019	100%	0%	0%	100%	-
Enel Brasil 54	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.000	-	18/06/2020	0%	100%	0%	100%	-
Enel Brasil 55	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	750.000	-	07/07/2020	0%	100%	0%	100%	-
Enel Brasil 56	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.466	-	30/09/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Brasil 57	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	60.412	-	23/12/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V.	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	750.000	-	21/12/2020	0%	100%	0%	100%	-
Enel Finance International N.V. II	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	230.000	-	15/04/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. III	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	294.500	-	01/07/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. IV	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	299.800	-	08/07/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. V	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	306.765	-	03/09/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. VI	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	257.600	-	13/10/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. VII	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	347.881	-	14/12/2021	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. VIII	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	1.025.952	-	28/12/2021	0%	0%	100%	100%	-
EGP Cachoeira Dourada	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	140.724	-	14/12/2021	0%	0%	100%	100%	-

* Recursos liberados e utilizados em exercícios anteriores a 2019

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Rio de Janeiro, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES contratados nos anos anteriores a 2021 refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinar dívidas com vencimentos no curto prazo.



Exercício social findo em 31/12/2021

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 320 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

Exercício social findo em 31/12/2020

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 450 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (BNP e SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

Exercício social findo em 31/12/2019

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 600 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (BNP e SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.



b) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Exercícios findos em:						Variações:	
	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31.12.2021	%	31.12.2020	%	31.12.2019	%	2021 vs 2020	2020 vs 2019
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	240.971	1,48%	566.686	4,87%	303.062	2,87%	-57,48%	86,99%
Títulos e valores mobiliários	116.718	0,72%	129.555	1,11%	106.258	1,01%	-9,91%	21,92%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.039.645	12,57%	1.843.952	15,84%	1.468.059	13,89%	10,61%	25,60%
Ativo financeiro setorial	307.903	1,90%	-	0,00%	138.062	1,31%	100,00%	-100,00%
Créditos a receber - subvenção e outros	95.367	0,59%	22.015	0,19%	295.867	2,80%	333,19%	-92,56%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	221.647	1,37%	38.044	0,33%	30.925	0,29%	482,61%	23,02%
Outros tributos compensáveis	588.234	3,62%	142.473	1,22%	112.521	1,06%	312,87%	26,62%
Serviços em curso	47.816	0,29%	41.256	0,35%	32.788	0,31%	15,90%	25,83%
Instrumentos financeiros derivativos	18.141	0,11%	330.288	2,84%	14.953	0,14%	-94,51%	2108,84%
Outros créditos	167.387	1,03%	132.143	1,14%	108.455	1,03%	26,67%	21,84%
Total do ativo circulante	3.843.829	23,69%	3.246.412	27,89%	2.610.950	24,71%	18,40%	24,34%
Ativo não circulante								
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	56.989	0,35%	44.444	0,38%	24.126	0,23%	28,23%	84,22%
Ativo financeiro setorial	98.958	0,61%	-	0,00%	26.458	0,25%	100,00%	-100,00%
Depósitos vinculados	261.823	1,61%	257.473	2,21%	226.268	2,14%	1,69%	13,79%
Outros tributos compensáveis	2.881.905	17,76%	106.522	0,92%	87.433	0,83%	2605,46%	21,83%
Tributos diferidos	268.169	1,65%	305.138	2,62%	276.807	2,62%	-12,12%	10,23%
Instrumentos financeiros derivativos	40.109	0,25%	3.231	0,03%	128.279	1,21%	1141,38%	-97,48%
Ativo indenizável (concessão)	5.287.315	32,58%	4.321.429	37,13%	3.613.155	34,19%	22,35%	19,60%
Ativos contratuais	956.056	5,89%	619.469	5,32%	801.077	7,58%	54,33%	-22,67%
Imobilizado	106.659	0,66%	101.701	0,87%	106.893	1,01%	4,88%	-4,86%
Intangível	2.426.651	14,95%	2.633.051	22,62%	2.649.716	25,07%	-7,84%	-0,63%
Total do ativo não circulante	12.384.634	76,31%	8.392.458	72,11%	7.956.812	75,29%	47,57%	5,48%
Total do ativo	16.228.463	100,00%	11.638.870	100,00%	10.567.762	100,00%	39,43%	10,14%



	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Variação Horizontal	
	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2019		2021 vs 2020	2020 vs 2019
Passivo circulante								
Fornecedores	1.358.499	8,37%	1.085.352	9,33%	899.501	8,51%	25,17%	20,66%
Empréstimos e financiamentos	3.103.069	19,12%	925.268	7,95%	1.260.803	11,93%	235,37%	-26,61%
Debêntures	-	0,00%	5.987	0,05%	615.915	5,83%	-100,00%	-99,03%
Obrigações por arrendamentos	18.358	0,11%	15.018	0,13%	12.759	0,12%	22,24%	17,71%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	436.501	2,69%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Salários, provisões e encargos sociais	65.536	0,40%	76.609	0,66%	38.864	0,37%	-14,45%	97,12%
Outras obrigações fiscais	191.988	1,18%	200.161	1,72%	195.453	1,85%	-4,08%	2,41%
Passivo financeiro setorial	-	0,00%	301.498	2,59%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Encargos setoriais	82.687	0,51%	39.887	0,34%	347.743	3,29%	107,30%	-88,53%
Dividendos a pagar	77.771	0,48%	57.987	0,50%	112.824	1,07%	34,12%	-48,60%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	486	0,00%	179.662	1,54%	-	0,00%	-99,73%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	59.340	0,37%	103	0,00%	6.523	0,06%	57511,65%	-98,42%
Outras obrigações	197.542	1,22%	108.903	0,94%	112.087	1,06%	81,39%	-2,84%
Total do passivo circulante	5.591.777	34,46%	2.996.435	25,75%	3.609.669	34,16%	86,61%	-16,99%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	2.872.962	17,70%	2.681.857	23,04%	1.115.264	10,55%	7,13%	140,47%
Debêntures	-	0,00%	998.943	8,58%	998.618	9,45%	-100,00%	0,03%
Obrigações por arrendamentos	23.161	0,14%	26.721	0,23%	33.888	0,32%	-13,32%	-21,15%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.814.422	17,34%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Outras obrigações fiscais	140.571	0,87%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Passivo financeiro setorial	-	0,00%	87.986	0,76%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Encargos setoriais	43.305	0,27%	50.654	0,44%	51.058	0,48%	-14,51%	-0,79%
Instrumentos financeiros derivativos	13.976	0,09%	-	0,00%	4.169	0,04%	100,00%	-100,00%
Obrigações com benefícios pós-emprego	348.582	2,15%	590.246	5,07%	463.222	4,38%	-40,94%	27,42%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	661.898	4,08%	605.629	5,20%	626.392	5,93%	9,29%	-3,31%
Outras obrigações	4.846	0,03%	9.164	0,08%	4.506	0,04%	-47,12%	103,37%
Total do passivo não circulante	6.923.723	42,66%	5.051.200	43,40%	3.297.117	31,20%	37,07%	53,20%
Patrimônio líquido								
Capital social	2.498.230	15,39%	2.498.230	21,46%	2.498.230	23,64%	0,00%	0,00%
Reservas de capital	23.254	0,14%	23.254	0,20%	23.254	0,22%	0,00%	0,00%
Reservas de lucros	1.218.709	7,51%	1.068.340	9,18%	1.138.795	10,78%	14,08%	-6,19%
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação	(27.230)	-0,17%	1.411	0,01%	697	0,01%	-2029,84%	102,44%
Total do patrimônio líquido	3.712.963	22,88%	3.591.235	30,86%	3.660.976	34,64%	3,39%	-1,90%
Total do passivo e do patrimônio líquido	16.228.463	100,00%	11.638.870	100,00%	10.567.762	100,00%	39,43%	10,14%

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas das contas patrimoniais.

Variações patrimoniais: 2021 versus 2020

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 240.971 mil) reduziu em R\$ 325.175 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 566.686 mil),

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979/2018 de 11 de dezembro de 2022, no montante de até o qual passou a R\$ 1.700.000.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, totalizando R\$ 2.700 milhões. Em 2021, esse limite foi novamente ampliado em mais R\$ 600 milhões (despacho Nº 902 de 30 de março de 2021) e R\$ 2.500 milhões, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800 milhões.

Outros tributos compensáveis:

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado



em 09 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 3.211.470 e passivo a repassar aos consumidores de igual valor, por entender que os valores a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R\$ 39.353 e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

Em decorrência do acima exposto, foi constituído saldo a compensar de R\$ 436.501 no curto prazo e R\$ 2.774.969 no longo prazo.

Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiro derivativos - SWAP):

Em 31 de dezembro de 2021, o SWAP apresentava saldo de R\$ 58.250 totalizando redução de R\$ 275.269 comparado 31 de dezembro de 2020 (R\$ 333.519), a variação deve-se principalmente por amortizações efetuadas em contratos com Itaú, Citibank e Scotiabank, acarretando redução nos saldos de derivativos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 5.287.315 mil, um aumento de R\$ 965.886 mil em relação a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.321.429 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 540.851 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 167.423 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,11% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 4,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):



Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O aumento observado entre 2021 e 2020 no valor de R\$ 1.437.189 mil deve-se, principalmente por: i) novas captações no montante de R\$ 3.744.100 mil (R\$ 3.064.099 mil com partes relacionadas e R\$ 680.000 mil com Scotiabank) tendo sua totalidade a função de capital de giro, valor parcialmente compensado por amortizações de R\$ 1.574.154 mil; ii) redução de R\$ 1.004.930 mil no saldo de debentures e iii) aumento de 73.213 mil em instrumentos financeiros derivativos.

Patrimônio líquido:

Capital social

Não tivemos incremento de capital para o ano de 2021.

Variações patrimoniais: 2020 versus 2019

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 566.686 mil) aumentou em R\$ 263.624 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 303.062 mil),

A Companhia recebeu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante total de conta – COVID de R\$ 799.490, sendo R\$ 671.810 correspondentes a ativos e passivos financeiros setoriais (sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais) e R\$ 127.680 correspondentes à antecipação da parcela B, sendo ambos contabilizados nos respectivos componentes tarifários.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, no montante de até o qual passou a R\$ 2.700.000 dos quais, em 31 de dezembro de 2020, estavam disponíveis R\$ 685.487.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.316.368, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2020, esta conta totalizou R\$ 22.015 mil, uma diminuição de R\$ 273.852 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 295.867). A variação é decorrente, principalmente, de:



(i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsídio baixa renda – CDE

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 295.284, referente a valores em aberto do período de outubro de 2014 a abril de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes no montante total de R\$ 295.284.

Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiro derivativos - SWAP):

Em 31 de dezembro de 2020, os SWAP apresentava R\$ 333.519 totalizando um aumento de R\$ 190.287 comparado 31 de dezembro de 2019 (R\$ 143.232), a variação deve-se principalmente pelo aumento do dólar que ocorreu no ano de 2020, gerando resultados positivos nos derivativos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 4.321.429 mil, um aumento de R\$ 708.274 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.613.155 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 540.851 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 167.423 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 9,23% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O aumento observado entre 2020 e 2019 no valor de R\$ 420.579 mil deve-se, principalmente por: i) novas captações no montante de R\$ 1.950 milhões para capital de giro, dos quais R\$ 850 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 750 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 350 milhões a dívida bancária; (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 165 milhões; compensados parcialmente, por (iv) amortizações em torno de R\$ 1.529 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 163 milhões ocorridos entre os períodos.



Patrimônio líquido:

Capital social

Não tivemos incremento de capital para o ano de 2020.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2021		Exercício findo em 31/12/2020		Exercício findo em 31/12/2019		Var. % 2021 x 2020	Var. % 2020 x 2019
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
Receita Operacional	13.414.515	100,00%	10.104.619	100,00%	9.610.955	100,00%	32,76%	5,14%
Fornecimento de energia	8.643.130	64,43%	7.484.988	74,07%	7.591.272	78,99%	15,47%	-1,40%
Suprimento de energia elétrica	114.409	0,85%	102.541	1,01%	100.493	1,05%	11,57%	2,04%
Baixa Renda	48.902	0,36%	58.356	0,58%	35.238	0,37%	-16,20%	65,61%
Subvenção CDE - Desconto tarifário	234.905	1,75%	221.896	2,20%	207.139	2,16%	5,86%	7,12%
Disponibilidade da rede elétrica	861.196	6,42%	803.436	7,95%	787.317	8,19%	7,19%	2,05%
Receita de Construção	1.104.418	8,23%	831.999	8,23%	718.037	7,47%	32,74%	15,87%
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.413.225	10,54%	333.575	3,30%	52.969	0,55%	323,66%	529,76%
Venda de energia excedente - MVE	406.460	3,03%	-	-	18.443	0,19%	-	-
Marcação a mercado de ativo indenizável	459.053	3,42%	167.423	1,66%	0	-	174,19%	-
Outras Receitas	128.817	0,96%	100.405	0,99%	100.047	1,04%	28,30%	0,36%
Deduções da Receita	-4.941.146	-36,83%	-3.712.880	-36,74%	-3.706.669	-38,57%	33,08%	0,17%
ICMS	-2.538.728	-18,93%	-2.136.922	-21,15%	-2.176.670	-22,65%	18,80%	-1,83%
PIS	-165.836	-1,24%	-150.447	-1,49%	-149.433	-1,55%	10,23%	0,68%
COFINS	-763.850	-5,69%	-720.108	-7,13%	-688.296	-7,16%	6,07%	4,62%
ISS	-4.879	-0,04%	-4.194	-0,04%	-4.189	-0,04%	16,33%	0,12%
Encargo setorial CDE	-804.888	-6,00%	-58.121	-0,57%	-628.684	-6,54%	38,48%	-7,55%
Programa de eficiência energética e P&D	-68.461	-0,51%	-53.277	-0,53%	-51.309	-0,53%	28,50%	3,84%
Taxa de fiscalização	-8.855	-0,07%	-8.473	-0,08%	-8.088	-0,08%	4,51%	4,76%
Encargos do consumidor CCRBT	-585.649	-4,37%	-58.240	-0,58%	-	-	905,58%	-
Receita Operacional Líquida	8.473.369	63,17%	6.391.739	63,26%	5.904.286	61,43%	32,57%	8,26%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.949.629	-59,26%	-5.910.575	-58,49%	-5.260.986	-54,74%	34,50%	12,35%
Custos e despesas não gerenciáveis	-4.947.380	-36,88%	-3.590.814	-35,54%	-3.306.401	-34,40%	37,78%	8,60%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.664.274	-27,32%	-2.884.139	-28,54%	-2.781.364	-28,94%	27,05%	3,70%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-685.126	-5,1%	-674.203	-6,67%	-522.756	-5,44%	1,62%	28,97%
Encargos dos serviços dos sistemas	-604.221	-4,50%	-88.175	-0,87%	-16.499	-0,17%	585,25%	434,43%
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	6.241	0,05%	55.703	0,55%	14.218	0,15%	-88,80%	291,78%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.002.249	-22,38%	-2.319.761	-22,96%	-1.954.585	-20,34%	29,42%	18,68%
Pessoal	-155.883	-1,16%	-135.977	-1,35%	-139.746	-1,45%	14,64%	-2,70%
Material e Serviços de Terceiros	-583.496	-4,35%	-512.295	-5,07%	-461.855	-4,81%	13,90%	10,92%
Custos de Desativação de Bens	-	-	-68.745	-0,68%	-21.641	-0,23%	-	217,66%
Depreciação e Amortização	-465.715	-3,47%	-435.482	-4,31%	-417.073	-4,34%	6,94%	4,41%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-369.666	-2,76%	-182.277	-1,80%	-47.865	-0,50%	102,80%	280,81%



Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-90.249	-0,67%	-23.262	-0,23%	-103.546	-1,08%	287,97%	-77,53%
Perda de recebíveis de clientes	-148.385	-1,11%	-112.988	-1,12%	-87.339	-0,91%	31,33%	29,37%
Custo de Construção	-1.104.417	-8,23%	-831.999	-8,23%	-718.037	-7,47%	32,74%	15,87%
Recuperação de perdas	-	-	13.882	0,14%	8.813	0,09%	-	57,52%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	56.261	0,42%	48.852	0,48%	64.711	0,67%	15,17%	-24,51%
Outras Despesas Operacionais	-140.699	-1,05%	-79.470	-0,79%	-31.007	-0,32%	77,05%	156,30%
EBITDA	989.455	7,38%	916.646	9,07%	1.060.373	11,03%	7,94%	-13,55%
Resultado do Serviço	523.740	3,90%	481.164	4,76%	643.300	6,69%	8,85%	-25,20%
Resultado Financeiro	-425.932	-3,18%	-405.344	-4,01%	-220.700	-2,30%	5,08%	83,66%
Receita Financeira	952.201	7,10%	400.972	3,97%	709.997	7,39%	137,47%	-43,52%
Renda de aplicação financeira	12.730	0,09%	8.390	0,08%	20.575	0,21%	51,73%	-59,22%
Juros e atualização monetária sobre impuntualidade de clientes	45.082	0,34%	37.732	0,37%	41.205	0,43%	19,48%	-8,43%
Variações monetárias	12.18	0,01%	19.096	0,19%	10.668	0,11%	-93,62%	79,00%
Marcação a mercado de ativo indenizável	-	-	-	-	44.087	0,46%	-	-
Variação Cambial de dívidas	375.245	2,80%	183	0,00%	144.815	1,51%	204951,91%	-99,87%
Dívida - Marcação a mercado	-	-	2.213	0,02%	29.091	0,30%	-	-92,39%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	473.407	3,53%	309.017	3,06%	278.320	2,90%	53,20%	11,03%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	31.883	0,24%	7.416	0,07%	33.923	0,35%	329,92%	-78,14%
Ganho disputa judicial Furnas	-	-	-	-	103.625	1,08%	-	-
Outras receitas financeiras	17.689	0,13%	21.241	0,21%	10.322	0,11%	-16,72%	105,78%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-5.053	-0,04%	-4.316	-0,04%	-6.634	-0,07%	17,08%	-34,94%
Despesas financeiras	-1.378.133	-10,27%	-806.316	-7,98%	-930.697	-9,68%	70,92%	-13,36%
Variação cambial	-6.366	-0,05%	-	-	-11.262	-0,12%	-	-
Variação cambial de dívidas	-490.705	-3,66%	-300.121	-2,97%	-181.291	-1,89%	63,50%	65,55%
Dívida - marcação a mercado	-2.158	-0,02%	-	-	-27.589	-0,29%	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	-194.301	-1,45%	-117.830	-1,17%	-187.783	-1,95%	64,90%	-37,25%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-81.470	-0,61%	-245.369	-2,43%	-63.352	-0,66%	-66,80%	287,31%
Encargo de fundo de pensão	-38.922	-0,29%	-30.148	-0,30%	-31.967	-0,33%	29,10%	-5,69%
Juros de debêntures	-46.174	-0,34%	-48.073	-0,48%	-84.575	-0,88%	-3,95%	-43,16%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-418.784	-3,12%	-7.977	-0,08%	-261.427	-2,72%	5149,89%	-96,95%
Encargos com vendas de recebíveis	-	-	-167	0,00%	-13.486	-0,14%	-	-98,76%
IOF	-2.455	-0,02%	-307	0,00%	-4.986	-0,05%	699,67%	-93,84%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-46.201	-0,34%	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-50.597	-0,38%	-56.324	-0,56%	-62.979	-0,66%	-10,17%	-10,57%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	97.808	0,73%	75.820	0,75%	422.600	4,40%	29,00%	-82,06%
Tributos e Outros	-14.406	-0,11%	-26.896	-0,20%	-143.342	-1,49%	-46,44%	-81,24%
Lucro Líquido do Período	83.402	0,62%	48.924	0,36%	279.258	2,91%	70,47%	-82,48%



Resultados 2021 x 2020

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2021 com um total de 3.025.755 consumidores, com um aumento de 2,6% em relação ao total registrado em 2020. O mercado cativo da Companhia apresentou uma redução entre os períodos analisados, com destaque para a redução na base de consumidores residenciais convencionais, com diminuição de 35.695 consumidores. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, pela migração de clientes para classe residencial baixa renda, que registrou um aumento de 34,9% no trimestre, mitigando parcialmente a redução observada no mercado cativo. Este aumento é reflexo da deterioração das condições econômicas dos clientes na área de concessão da Companhia. A redução no número de consumidores comerciais também contribuiu para o impacto negativo no período pelo fechamento de estabelecimentos devido a pandemia. Já os clientes livres apresentaram crescimento de 13,2% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 2,6% entre períodos, explicado principalmente pelo aumento de consumidores ativos não faturados devido ao restabelecimento do corte de energia.

Em 2021 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 433 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2021 apresentou uma redução de 65 GWh em relação ao ano de 2020. Esta redução é decorrente, principalmente, das menores temperaturas registradas principalmente no 4T21.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de -0,1% no ano de 2021 quando comparado ao ano de 2020, mantendo-se praticamente estável. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução da classe comercial devido ao fechamento de estabelecimentos por conta da pandemia e da lenta recuperação econômica. No mercado livre, houve uma redução de 0,9% no transporte de energia devido a adequação no procedimento de faturamento durante o primeiro trimestre, onde o faturamento passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio alcançou R\$ 13,4 bilhões, montante 32,8% superior em relação ao ano de 2020. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2021, alcançou o montante de R\$ 12,3 bilhões, um aumento de R\$ 3,0 bilhões em relação ao 2020, cujo montante foi de R\$ 9,3 bilhões.

Um fator não recorrente que contribuiu com essa melhora foi a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira. Reclassificação originalmente autorizada em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado em nota explicativa seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa, e por essa razão, após análise detalhada, todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos passam a ser contabilizadas como Receita Operacional.

Além deste efeito, o aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:



- Aumento de R\$ 1,2 bilhão na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação aos 2020, como resultado do reajuste médio tarifário de 6,02% aplicado a partir de março de 2021, além da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento de R\$ 1,1 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório entre períodos; e
- Aumento de R\$ 406,5 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 2020, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume no ano de 2021.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2021 totalizaram R\$ 4,9 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões em 2020, representando um aumento de 33,1% ou R\$ 1,2 bilhões, resultado, sobretudo, do aumento da base de cálculo de ICMS em R\$ 401,8 milhões na parte tributos, aumento de R\$ 223,7 milhões pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador e aumento de R\$ 527,4 milhões referente a rubrica Encargos do consumidor – CCRBT (Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias), cujo aumento deve-se a implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2021 tiveram um incremento de 34,5% (R\$ 2,0 bilhões), em relação a 2020. Excluindo o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 6,8 bilhões, R\$ 1,8 bilhões superior ao montante registrado em 2020. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis (incremento de R\$ 1,4 bilhões): totalizaram R\$ 4,9 bilhões, 37,8% maior em comparação ao valor registrado em 2020.

Tal variação é justificada pelo aumento nos Encargos dos Serviços do Sistema (R\$ 565,5 milhões), em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa e também pelo aumento da Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 780,1 milhões) em razão de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior encargo com risco hidrológico.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 682,5 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,9 bilhão, R\$ 410,1 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2020. Esta variação é resultado, principalmente:

- Aumento na Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 187,4 milhões em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes, que esteve vigente até julho/21 para clientes convencionais e setembro de 2021 para clientes baixa renda;
- Aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros no valor de R\$ 71,2 milhões devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2021;
- Aumento de R\$ 67,0 em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia.

Resultado Financeiro

Em 2021 o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 425,9 milhões, representando um aumento de R\$ 20,6 milhões em relação a 2020. A variação observada explica-se, sobretudo, pelo:



- (i) aumento líquido de R\$ 141 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, Variação Monetária e Cambial de Dívidas e Encargos de dívidas e mútuos) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 1,63% (4,44% em 2021 x 2,77% em 2020), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro;
- (ii) Este efeito foi parcialmente compensado por uma menor despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 164 milhões.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma redução de R\$ 12,5 milhões em relação ao ano de 2020, justificado pelo aumento na constituição do ativo fiscal diferido.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2021 um lucro de R\$ 83,4 milhões, R\$ 34,5 milhões superior ao registrado no ano de 2020, cujo montante foi de R\$ 48,9 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2021 foi de 1,13%.

Resultados 2020 x 2019

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2020 com um total de 2.949.298 consumidores, com um aumento de 0,4% em relação ao total registrado em 2019. O mercado cativo da Companhia apresentou uma redução entre os períodos analisados, com destaque para a redução na base de consumidores residenciais de baixa renda, com diminuição de 97.785 consumidores. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, pela redução na classe comercial e industrial, decorrente da piora do cenário econômico em função da pandemia do COVID-19. Em 2020 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 249 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2020 apresentou uma redução de 331 GWh em relação ao ano de 2019. Esta redução é decorrente, principalmente, da redução do mercado cativo, parcialmente compensado pelo aumento de consumo no segmento de clientes livres.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 5,0% no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019. Esse efeito decorre, sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e conseqüente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas. Em adição, contribuiu a migração de clientes para o ambiente de contratação livre ("ACL").

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio alcançou R\$ 9,8 bilhões, montante 2,8% superior em relação ao ano de 2019. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2019, alcançou o montante de R\$ 9,0 bilhões, o que representa um incremento de 1,7% (R\$ 154 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 8,9 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: aumento em R\$ 280,6 milhões setoriais, decorrente de constituição de ativo regulatório no período;

Receita de uso da rede elétrica – consumidores livres-revenda: Incremento em R\$ 16,1 milhões, em função da migração líquida de clientes ao ambiente de contratação livre;



Subvenção de recursos da CDE: aumento de R\$ 14,8 milhões em razão do ajuste das previsões de desconto para o próximo ciclo tarifário; e

Subvenção baixa renda: Variação positiva de R\$ 23,1 milhões, relacionada às medidas aplicadas pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia (Medida Provisória 950).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Fornecimento de Energia Elétrica (redução de R\$ 167,6 milhões): Este aumento está associado ao menor volume de energia vendida no mercado cativo (8.095 GWh em 2020 vs. 8.521 GWh em 2019); e (ii) efeito positivo, de R\$ 18,4 milhões, do mecanismo de Venda de Energia Excedente – MVE registrado em 2019, que não ocorreu em 2020.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2020 apresentaram uma redução de 1,4% em relação ao ano anterior, registrando R\$ 3,7 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Encargos Setoriais (redução de R\$ 45,1 milhões): em razão, principalmente, do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2020 tiveram um incremento de 12,3% (R\$ 649,6 milhões), em relação a 2019. Excetuando-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 5,1 bilhões, R\$ 535,6 milhões superior ao montante registrado em 2019. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis apresentaram um incremento de R\$ 284,4 milhões explicado, principalmente, pelos seguintes motivos:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 102,8 milhões): de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização cambial, parcialmente compensado pela menor necessidade de compra de energia (CCEE, CCEAR) e Proinfa, além da redução do risco hidrológico em comparação ao ano anterior, em linha com a redução do PLD;
- Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 151,5 milhões): se explica, principalmente pelo do reajuste anual das transmissoras, que ocorre em julho.
- Encargos dos serviços dos sistemas (incremento de R\$ 30,2 milhões): em função, sobretudo de maiores restrições operativas;

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 365,2 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,5 bilhão, R\$ 251,2 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2019. Esta variação é resultado, principalmente:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (aumento de R\$ 134,4 milhões): em razão do efeito negativo provocado pela deterioração econômica registrada no trimestre decorrente da pandemia do COVID-19, além da suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;
- Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 50,4 milhões): decorrente das iniciativas de adequação de processos técnicos e comerciais visando à melhoria da qualidade de atendimento e operação, além da aquisição de equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19;



- Perda de recebíveis de clientes (aumento de R\$ 25,6 milhões): decorrente do maior volume registrado com baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Outras despesas operacionais (aumento de R\$ 48,5 milhões): reflexo parcial de (i) aumento de custos com contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, iniciado em março desse ano, conforme despacho Aneel nº 560/2020, (ii) de reclassificação de despesas, que antes estavam registradas na linha de serviços de terceiros e; (iii) maior despesa com multas e tributos.
- Receita de multa por impontualidade de clientes (redução de R\$ 15,9 milhões): em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia;

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (redução de R\$ 80,3 milhões): decorrente da reversão de processos jurídicos devido a decisões favoráveis à Companhia, e do menor volume de processos reconhecidos em comparação ao ano anterior;
- Recuperação de Perdas (aumento de 5,1 milhões): principalmente devido à decisão judicial favorável à Companhia relativa à dívida com o Estado do ano de 1994, reconhecido no 1T20.
- Despesa de pessoal (redução de R\$ 3,8 milhões): em função, sobretudo, da redução de gastos variáveis com pessoal no período de pandemia.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 749,2 milhões no ano de 2020, o que representa uma redução de 29,3% em relação ao ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 1,1 bilhão. A margem EBITDA ex-Receita de Construção da Companhia em 2020 foi de 13,89%, o que representa uma redução de 6,56 p.p. em relação a 2019, de 20,45%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio totalizaram R\$ 237,9 milhões, R\$ 17,2 milhões superior ao registrado em 2019. As principais variações foram:

- Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (aumento de R\$ 182 milhões): por conta de decisão, em segunda instância, da restituição do valor cobrado a maior (efeito cascata) de tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80;
- Renda de aplicação financeira (redução de 12,2 milhões): em decorrência, sobretudo, do menor CDI médio acumulado, de 5,96% em 2019 para 2,75% em 2020;
- Receita de variação monetária de ativos setoriais (redução de R\$ 26,5 milhões): devido ao menor saldo médio anual das CVAs ativas.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Encargos de dívidas e mútuos (redução de 70 milhões): em decorrência, sobretudo, de menor taxa de juros em 2020 e do pré-pagamento das operações com o BNDES em julho de 2019;
- Receita de ativo indenizável (aumento de R\$ 123,3 milhões): em razão, sobretudo, do aumento do IPCA que é utilizado para atualização desse ativo.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma redução de R\$ 116,4 milhões em relação ao ano de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da diminuição da base de cálculo desses tributos.



Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2020 um lucro de R\$ 48,9 milhões, R\$ 230,3 milhões inferior ao registrado no ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 279,3 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2020 foi de 0,91%.

10.2 Comentários dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2021, 2020, 2019 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia; mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2021

Em 2021, os efeitos da Covid-19 mantiveram os impactos no resultado operacional da empresa. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram, a provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, aumentou significativamente, atribuído principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população. Diversos estados e municípios, adotaram durante todo o ano de 2021 o distanciamento social e fechamento de algumas atividades, o que, por sua vez, causou a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentando o desemprego.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a arrecadação de contas de energia em atraso, algumas têm apresentado resultado positivo. Medidas temporárias adotadas pela ANEEL no início da pandemia se mantiveram vigentes ao longo do ano a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, dentre elas a resolução normativa 878/2020 que vedou a suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais que se manteve vigente até julho/21 para clientes convencionais e setembro de 2021 para clientes baixa renda.

Adicionalmente, um fator não recorrente contribuiu positivamente com a Receita Operacional, trata-se da reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira. Essa reclassificação foi originalmente autorizada em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado em nota explicativa seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa e por essa razão, após análise detalhada, a Companhia



entendeu que todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos devem passar a ser contabilizadas como Receita Operacional.

2020

Em 2020, o resultado operacional da empresa sofreu os impactos da pandemia da Covid-19. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentando o desemprego. Diante dessa situação, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a arrecadação de contas de energia em atraso.

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa 878/2020. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

Além disso, com o intuito de minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Um montante de R\$ 799,5 milhões foi recebido integralmente pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.427 milhões, resultado do menor volume de energia vendida no mercado cativo (8.095 GWh em 2020 vs. 8.521 GWh em 2019), decorrente sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e conseqüente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas, conforme já mencionado.

Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no transporte aos clientes livres, de 2.538 GWh em 2019 para 2.643 GWh em 2020, resultado, basicamente, da migração de clientes ao ambiente de contratação livre. Além disso, o efeito percebido do reajuste tarifário, homologado em 10 de março de 2020, foi de +2,71%.

2019

Em 2019, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.609 milhões, resultado da Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, o que também impactou a receita de uso da rede elétrica, com incremento de R\$ 192 milhões.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, com redução de R\$118 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mútuo devidas por empresas de telefonia e internet que utilizam os postes na prestação de seus serviços.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são



calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.



Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Reajuste Tarifário 2021

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +12,57% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irrecuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%.

Reajuste Tarifário 2020

Em 10 de março de 2020, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, a partir de 15 de março de 2020. O resultado levou ao efeito médio percebido pelos consumidores de 2,71%, sendo 3,38% para os consumidores conectados em alta tensão e 2,48% para os conectados em baixa tensão. O reajuste foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.666 e vigorará de 15 de março de 2020 a 14 de março de 2021.

Reajuste Tarifário 2019

De acordo com seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. Em 12/03/19, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio. O reajuste para consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, foi de 9,72%, e para os clientes de média e alta tensão, em geral indústrias e grandes comércios, o índice aprovado foi de 9,65%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.519 resultou, em média, de 9,70% e vigorou de 15 a 31 de março de 2019.

Revisão Tarifária Extraordinária 2019

A revisão extraordinária foi necessária devido à decisão da Diretoria da Aneel do dia 20 de março de 2019, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a concluir o acordo com grupo de oito bancos para antecipar aquitação da chamada CDE Conta-ACR para setembro de 2019. Assim, os consumidores deixaram de realizar os desembolsos mensais para a conta a partir de outubro de 2019. Esses efeitos foram refletidos na tarifa da Enel Distribuição Rio, por meio da resolução homologatória nº 2.523, que passou o efeito médio percebido pelos consumidores de 9,70% a 7,59%, com vigência de 01 de abril de 2019 a 14 de março de 2020. A revisão para consumidores de baixa tensão alterou o aumento de 9,72% para 7,49% e para os clientes de média e alta tensão o índice aprovado de 9,65% para 7,89%.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos



homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2021

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 – Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.



- b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidênciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

- a) Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- (i) Melhoraria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- (ii) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- (iii) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- (iv) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

- b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

- c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidênciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial instruments: Disclosures e



09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

O Companhia possui um empréstimo sujeito à taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de R\$ 501.282 (vide nota explicativa nota explicativa nº 22) com vencimento em 2021. A Companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo no Brasil (vide nota explicativa nº 30). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 –Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:



Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:

31.12.2019

Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;

2021

Reclassificações de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2020, originalmente autorizadas em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido.

(a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”.



- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel.
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota essa mesma forma de apresentação, agora implementada pela Companhia, proporcionando uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 167.423 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 27), sem efeito líquido na DRE.

(b) Reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 58.240.

2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- (i) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- (ii) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- (iii) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- (iv) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista



para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

(iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

O Companhia possui um empréstimo sujeito à taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de R\$ 501.282 (vide nota explicativa nota explicativa nº 22) com vencimento em 2021. A Companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo no Brasil (vide nota explicativa nº 30). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:



Impacto na adoção inicial:

	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:

31.12.2019

Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

2021

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2020

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2019

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam



adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

- Tributos diferidos sobre os lucros

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os Diretores declaram que os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) tarifa de energia; ii) crescimento da demanda; iii) resultado financeiro líquido

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

- Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

- Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

Os Diretores consideram que existem incertezas relacionadas com as premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo, inclusive recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

- Mensuração dos benefícios definidos:

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:



- (i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- (ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. contratos de construção não terminada;*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*



O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atendero crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2021 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 433,5 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2022 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

Investimentos (R\$ Mil)	2021	2020	2019
Novas Conexões	433.498	249.495	271.711
Rede	331.531	297.467	245.351
Combate às Perdas	174.338	140.638	54.427
Qualidade do Sistema Elétrico	157.193	156.829	190.924
Outros	377.839	224.958	207.428
Total Investido ¹	1.142.868	771.920	713.076
Aportes / Subsídios	-	(2.297)	(3.166)
Investimento Líquido	1.142.868	769.623	709.910

¹ Valor de 2020 não considera variações em estoque

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).

Constituem o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente, incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais



e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Anexo II – Destinação do Lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2021	R\$ 83.401.902,59
---------------------------------	-------------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2021 R\$	2020 R\$	2019 R\$
Montante Global	19.807.951,87	11.673.502,53	66.337.634,69
Valor por Ação	0,08246101	0,07005461	0,39810306

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	25%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, foi subtraído o valor de R\$ 4.170.095,13 (quatro milhões, cento e setenta mil, noventa e cinco reais e treze centavos) destinado à recomposição da Reserva Legal da Companhia, perfazendo, ao fim, o valor líquido passível de distribuição R\$79.231.807,47 (setenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e sete reais e quarenta e sete centavos). Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$19.807.951,87 (dezenove



milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos).

A Companhia propõe que a parcela do lucro líquido que excede o valor do dividendo obrigatório, equivalente a R\$59.423.855,60 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), o qual adicionado ao valor de R\$86.775.591,54 (oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), que totaliza o montante de R\$146.199.447,14 (cento e quarenta e seis milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos), seja destinado à conta de reserva de reforço de capital de giro, nos termos do art. 27, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias
Dividendos	R\$ 0,08246101

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos deverá ser feito até 31/12/2022.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

13 de abril de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucrosapurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos já declarados

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores



	2021 (R\$)	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Lucro Líquido	83.401.902,59	48.923.613,26	279.257.723,99
Lucro Líquido por Ação	0,34720424	0,29359865	1,67587154
Lucro Líquido por Ação Ordinária	0,34720424	0,29359865	1,67587154

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2021 (R\$)	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Dividendos	19.807.951,87	11.673.502,53	66.337.634,69
Proventos totais por ação ordinária	0,08246101	0,07005461	0,39810306

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 4.170.095,13 (quatro milhões, cento e setenta mil, noventa e cinco reais e treze centavos)

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Para o cálculo da reserva legal, foi deduzido 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme item II § 1º do artigo 27 do Estatuto Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da companhia prevê no item III § 1º do artigo 27, a distribuição de 25% (vinte e



cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante distribuído de dividendos será correspondente ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual referente ao dividendo mínimo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

b. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias



a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 27 do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto. O saldo dessa reserva não pode exceder 100% (cem por cento) do valor do capital subscrito.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$146.199.447,14 (cento e quarenta e seis milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos) destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 27, parágrafo primeiro, do Estatuto Social.

c. Descrever como o montante foi calculado

O lucro total do exercício de 2021 alcançou o montante de R\$83.401.902,59 (oitenta e três milhões, quatrocentos e um mil, novecentos e dois reais e cinquenta e nove centavos), o qual, subtraído o montante de R\$4.170.095,13 (quatro milhões, cento e setenta mil, noventa e cinco reais e treze centavos), relativo à reserva legal, alcançou o lucro líquido ajustado passível de distribuição de R\$79.231.807,47 (setenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e sete reais e quarenta e sete centavos).

Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$19.807.951,87 (dezenove milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado.

Após acréscimo do valor de R\$86.775.591,54 (oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos) correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), propõe-se que o saldo, no valor total de R\$146.199.447,14 (cento e quarenta e seis milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos), seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.



Anexo III – Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 12 da instrução CVM nº 481/2009 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 13 do formulário de referência da companhia

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e nãoestatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração;

De acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabe a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia fixar o montante global ou individual da remuneração dos membros da sua administração.

Adicionalmente, a política de remuneração da Companhia é estipulada considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do conselho de administração, bem como aos membros da diretoria da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração

Dentre os membros do conselho de administração da Companhia, o conselheiro representante dos empregados e os conselheiros independentes fazem retirada por reunião participada, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base na contribuição do tempo de tais conselheiros para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Já os demais membros do Conselho de Administração, que não os indicados acima, não recebem remuneração por participação em reuniões, uma vez que os mesmos já recebem remuneração mensal pelos demais cargos efetivamente ocupados por estes na Companhia e/ou em empresas do grupo Enel, controladora da Companhia.

Para os membros do Conselho de Administração, não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável.

Diretoria

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Salário-base: salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, tendo como objetivo o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia;

Remuneração variável: bônus de curto e longo prazo baseados em metas corporativas e individuais. Pagamento anual ediferido em 3 anos, cujo objetivo é o de compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os executivos da Companhia, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus executivos, bem como reconhecendo o desempenho dos diretores ao longo do ano; e

Benefícios: compõem a remuneração indireta de curto prazo. A Companhia oferece benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança (apenas para diretoria da Companhia), com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;



Para a diretoria da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2021
Remuneração fixa	52%	53%	58%
Remuneração variável	40%	39%	36%
Benefícios	8%	7%	6%

Para os membros dos Conselhos de Administração que fazem retirada por reunião participada a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2021
Remuneração por participação em reuniões	100%	100%	100%
Remuneração variável			
Benefícios			

Não existem comitês da Companhia ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunerem seus membros.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração total da diretoria é definida pelo acionista controlador (Enel Brasil S.A.) considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração;

Práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador.

As práticas de mercado relacionam-se diretamente com a remuneração da Diretoria. Assim, a partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

Em Assembleia Geral também é determinada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem como o montante máximo, entre remunerações fixa e variável, a ser distribuído e individualizado entre os membros Administradores da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia não recebem remuneração por participação em reuniões, uma vez que os mesmos já recebem remuneração mensal pelos demais cargos efetivamente ocupados por estes na Companhia e/ou em empresas do grupo Enel, controladora da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Para Diretoria, a remuneração na forma de salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores de desempenho, uma vez que seguem práticas de mercado, conforme mencionado no item b (iv) acima.

A remuneração variável é baseada em indicadores de desempenho, econômicos, financeiros, segurança do trabalho e projetos relacionados às áreas de atuação dos diretores estatutários.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;



O salário-base e os benefícios não são alterados, pois seguem práticas do mercado (conforme descrito acima). A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A remuneração fixa segue padrões de mercado. A remuneração variável está composta por indicadores de desempenho, os quais estão alinhados com os objetivos da Companhia, para garantir a sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

A Diretoria da Companhia possui remuneração suportada por algum(s) de seu(s) acionista(s) controlador(s) diretos ou indiretos, conforme divulgado no item 13.15.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade do Conselho de Administração, órgão este responsável pela decisão final.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo Enel e visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração variável e fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disto, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas; e
- empresas em regiões competitivas.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração para administradores.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore;
 - benefícios diretos e indiretos;



- remuneração por participação em comitês;
 - outros.
- ii. remuneração variável, segregada em:
- bônus;
 - participação nos resultados;
 - remuneração por participação em reuniões;
 - comissões;
 - outros.
- iii. benefícios pós-emprego;
- iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo;
- v. remuneração baseada em ações, incluindo opções.
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal;
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Conselho de Administração (Valores em R\$)	2019	2020	2021	2022 (Máximo Previsto)
Número de membros	6	5	6,75	7
Remuneração Fixa Anual	-	-	43.733,71	149.040,00
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	43.733,71	149.040,00
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	14.007,70	47.827,19	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	14.007,70	47.827,19	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total Conselho de Administração	14.007,70	47.827,19	43.733,71	149.040,00

Mês	Nº Membros (1)
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Soma	81
Média	6,75

(1) Membros do Conselho de Administração

Diretoria Estatutária (Valores em R\$)	2019	2020	2021	2022 (Máximo Previsto)
Número de membros	10	9	7,7	8
Remuneração Fixa Anual	3.434.661,17	3.443.151,19	2.118.132,34	9.369.222,10
Salário ou pró-labore	2.564.484,80	2.676.046,01	1.686.660,03	6.680.678,45
Benefícios diretos e indiretos	478.949,88	413.334,52	189.213,34	1.219.336,56
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	391.226,49	353.770,66	242.258,97	1.469.207,10
Remuneração Variável	2.244.395,02	2.231.178,99	1.652.785,88	6.062.677,43
Bônus	2.244.395,02	2.231.178,99	1.222.448,22	6.062.677,43
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	430.337,66	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	5.679.056,19	5.674.330,18	3.770.918,22	15.431.899,54

Mês	Nº Membros (2)
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	9
Abril	8
Maio	8
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Soma	92
Média	7,66666667

(2) Membros da Diretoria

	2019	2020	2021	2022 (Máximo Previsto)
Total Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	5.693.063,89	5.722.157,37	3.814.651,93	15.580.939,54

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:



- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária Ampla	2019	2020	2021
Número de membros	10	9	8
Bônus:	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.985.045,38	2.482.338,90	1.624.688,76
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	2.491.278,47	2.068.615,75	1.353.907,30
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.244.395,02	2.231.178,99	1.652.785,88
Em relação à participação no resultado:	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	2.244.395,02	2.231.178,99	1.652.785,88

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	8,00	-	8,00
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.275.212,92	-	7.275.212,92
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	6.062.677,43	-	6.062.677,43
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-



13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais;
- b. principais objetivos do plano;
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos;
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor;
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;
- f. número máximo de ações abrangidas;
- g. número máximo de opções a serem outorgadas;
- h. condições de aquisição de ações;
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
- j. critérios para fixação do prazo de exercício;
- k. forma de liquidação;
- l. restrições à transferência das ações;
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga;
 - ii. quantidade de opções outorgadas;
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis;
 - iv. prazo máximo para exercício das opções;
 - v. prazo de restrição à transferência das ações;
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social;
 - perdidas durante o exercício social;
 - exercidas durante o exercício social;
 - expiradas durante o exercício social;
- e. valor justo das opções na data de cada outorga;
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;
- b. número de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação às opções ainda não exercíveis:
 - i. quantidade;
 - ii. data em que se tornarão exercíveis;
 - iii. prazo máximo para exercício das opções;
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações;
 - v. preço médio ponderado de exercício;
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social.
- e. em relação às opções exercíveis:
 - i. quantidade;
 - ii. prazo máximo para exercício das opções;
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações;
 - iv. preço médio ponderado de exercício;



- v. valor justo das opções no último dia do exercício social;
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;
- b. número de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações;
 - ii. preço médio ponderado de exercício;
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas.
- e. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações;
 - ii. preço médio ponderado de aquisição;
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação;
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;
- d. forma de determinação da volatilidade esperada;
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Companhia	Conselho de Administração* Em 31/12/2021	Conselho Fiscal Em 31/12/2021	Diretoria Estatutária Em 31/12/2021
De Emissão da Própria Companhia	0	0	0
Ações Ordinárias	0	0	0
Controladores Diretos ou Indiretos	0	0	0
Enel Brasil S/A	0	0	0
Sociedades Controladas	0	0	0
Sociedades sob Controle Comum	0	0	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão;
- b. número de membros;
- c. número de membros remunerados;



- d. nome do plano;
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- f. condições para se aposentar antecipadamente;
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

O Conselho de Administração não apresenta plano de previdência diferenciado. Em relação à Diretoria estatutária, informamos o que segue:

	Exercício social findo em 31/12/2021
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número de membros	6
c) Número de membros remunerados	6
d) Nome do plano	PACV – Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável
e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
f) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e cinco anos de contribuição.
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	10.236.510
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	112.817,48
i) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Ao se desligar da patrocinadora, possuindo 5 anos de contribuição, é possível o resgate de 100% das contribuições corrigidas e parte dos valores aportados pela patrocinadora (2/12% ao mês até o máximo de 50%).



13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão;
- b. número de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. valor da maior remuneração individual;
- e. valor da menor remuneração individual;
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).

	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2021
	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Número de membros	10	9	8
Número de membros remunerados	6	6	10
Valor da maior remuneração	1.037.019,22	2.503.766,81	1.569.388,73
Valor da menor remuneração	379.565,97	26.383,52	1.084.327,61
Valor médio da remuneração	708.292,60	630.481,13	471.364,78

	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2021
	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Conselho de Administração
Número de membros	6	5	7
Número de membros remunerados	6	5	7
Valor da maior remuneração	14.007,70	47.827,19	43.733,71
Valor da menor remuneração	14.007,70	47.827,19	43.733,71
Valor médio da remuneração	14.007,70	47.827,19	43.733,71

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Nos casos de dispensa sem justa causa ou por motivo de reorganização societária, não existe nenhuma previsão contratual de pagamento de indenização nem de manutenção de benefícios, além dos previstos em lei.

Entretanto, o pagamento de indenizações, benefícios e/ou consultoria de recolocação profissional, fica a critério e liberalidade da Companhia, desde que haja orçamento disponível para essa finalidade.

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contratou apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores ("D&O"), visando garantir aos administradores da Companhia o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros, durante o regular exercício de suas atividades, que impliquem, entre outros: Bloqueio e Indisponibilidade de Bens, custos Emergenciais, Danos Morais, Eventos Extraordinários com Reguladores, Custos de Processo de Extradicação, Gerenciamento de Crise (Empresa Capital Aberto), Custos de Investigação Práticas Trabalhistas, Proteção da Imagem Pessoal, Responsabilidade Tributária, Garantias Pessoais, Responsabilidade da sociedade por Reclamações de Valores Mobiliários na B3, Bens e Liberdade, Multas e Penalidades, Custo de Defesa e demais perdas por Danos Ambientais e Inabilidade da pessoa segurada.

A contratação da cobertura de pagamento de multas e acordos contratuais visa garantir aos administradores que a Companhia os manterá indenizados contra perdas decorrentes de reclamações de terceiros que acarretem em, multas e penalidades em virtude de atos danosos praticados no exercício regular das suas funções,



excetuadas as hipóteses de culpa grave e dolo, além de outras previstas no mesmo contrato. A Companhia entende que ao contratar tal cobertura aoseu D&O, estará em conformidade com as melhores práticas de mercado, aumentando a proteção de seus administradores no exercício de sua função na Companhia.

A atual apólice de D&O está vigente até 10 de novembro de 2022, e tem um prêmio líquido pago no valor de R\$ 91.200,05. A referida apólice de Seguro, contratada em nome da Enel Brasil S.A., abrange não só os executivos da Ampla Energia e Serviços S.A. como também os executivos das demais organizações da Enel Brasil S.A., podendo tal limite ser insuficiente para garantir a indenização de eventuais danos causados a terceiros.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Conselho de Administração	2018	2019	2020	2021
Remuneração Total Conselho de Administração	15.329,70	14.007,70	47.827,19	43.733,71
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%	0%

Diretoria Estatutária	2018	2019	2020	2021
Remuneração Total Diretoria Estatutária	4.907.739,26	5.679.056,19	5.674.330,18	3.770.918,22
Remuneração Diretores Ampla (apenas)	2.122.630,14	3.290.673,80	2.503.766,81	1.578.887,76
Remuneração dos Diretores que também são Diretores da Enel Brasil	2.785.109,12	2.388.382,39	3.170.563,37	2.192.030,46
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	57%	42%	56%	58%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza nos 3 últimos exercícios sociais.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Conselho de Administração	2019	2020	2021
Remuneração em:			
Controladores Diretos e Indicadores	2.362.486,94	2.604.459,38	2.401.726,68
Fixa	1.700.730,14	1.948.631,03	1.037.075,95
Variável	661.756,8	655.828,35	1.364.650,73
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-



Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

Diretoria Estatutária	2019	2020	2021
Remuneração em:			
Controladores Diretos e Indicadores	1.972.971,07	4.467.502,15	5.437.089,17
Fixa	1.026.848,95	2.385.429,13	3.050.305,29
Variável	946.122,12	2.082.073,02	2.386.783,88
Sociedades sob Controle Comum	2.435.285,70	2.434.691,13	4.154.957,99
Fixa	1.384.202,75	1.300.006,79	2.735.173,16
Variável	1.051.082,95	1.134.684,34	1.419.784,83
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-



Exercício social 2021 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.401.726,68	5.437.089,17	0	7.838.815,85
Controladas do emissor	0	0	0	0,00
Sociedades sob controle comum	0	4.154.957,99	0	4.154.957,99

Exercício social 2021 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 2020 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.604.459,38	4.467.502,15	-	7.071.961,53
Controladas do emissor	0	-	-	-
Sociedades sob controle comum	0	2.434.691,13	-	2.434.691,13

Exercício social 2020 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2019 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.362.486,94	1.972.971,07	-	4.335.458,01
Controladas do emissor	0	-	-	-
Sociedades sob controle comum	0	2.435.285,70	-	2.435.285,70

Exercício social 2019 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes foram divulgadas a este item foram divulgadas nos itens acima.



Anexo IV – Informações relativas aos membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas. Item 12.5 a 12.10

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF/PASSAPORTE	CARGO ELETIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR	INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR	MEMBRO INDEPENDENTE	CRITÉRIO UTILIZADO PELO EMISSOR PARA DETERMINAR INDEPENDÊNCIA	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS
Guilherme Gomes Lencastre	49	Engenheiro de Produção	045.340.147-32	Presidente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Não há	Sim	Não	N/A	1
Mario Fernando de Melo Santos	83	Engenheiro Eletricista	000.541.194-72	Vice - Presidente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Não há	Sim	Não	N/A	7
Márcia Sandra Roque Vieira Silva	53	Engenheira Civil	275.382.303-00	Membro efetivo do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Diretora de Mercado	Sim	Não	N/A	1
Marcia Massoti de Carvalho	45	Economista	043.055.727-29	Membro Efetivo do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Não há	Sim	Não	N/A	N/A
Nicola Cotugno	59	Engenheiro Mecânico	YA2919636	Membro efetivo do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Não há	Sim	Não	N/A	1
Gino Celentano	53	Engenheiro	YB0553419	Membro Efetivo do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Não há	Sim	Não	N/A	1



NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF/PASSAPORTE	CARGO ELETIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR	INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR	MEMBRO INDEPENDENTE	CRITÉRIO UTILIZADO PELO EMISSOR PARA DETERMINAR INDEPENDÊNCIA	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS
Alain Rosolino	43	Economista	V8353060	Membro Suplente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Diretor de Pessoas e Organização	Sim	Não	N/A	1
Michelle Rodrigues Nogueira	44	Contadora	069.485.857-95	Membro Suplente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Não há	Sim	Não	N/A	1
José Nunes de Almeida Neto	66	Engenheiro	116.258.723-72	Membro Suplente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Diretor de Relações Institucionais	Sim	Não	N/A	1
Janaina Savino Vilella Carro	42	Jornalista	088.290.577-54	Membro Suplente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Diretora de Comunicação	Sim	Não	N/A	1
Ana Claudia Gonçalves Rebello	49	Advogada	011.914.537-58	Membro Suplente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Diretora Jurídica	Sim	Não	N/A	1
Julia Freitas de Alcântara Nunes	45	Economista	072.144.867-41	Membro Suplente do Conselho de Administração	13/04/2022	13/04/2022	3 anos	Diretora Financeira e de Relações com Investidores e Diretora Administrativa e de Planejamento e Controle	Sim	Não	N/A	N/A



NOME	PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL	QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM E AS PENAS APLICADAS	QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER
Mario Fernando de Melo Santos	<p>De nacionalidade brasileira, nascido em 18 de Julho de 1938. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trabalhou na Companhia Hidroelétrica do São Francisco de 1962 a 1990 exercendo função de Engenheiro e Gerente na área de Construção, Operação e Manutenção do Sistema Energético, Diretor de Operação e Presidente em exercício em diversas oportunidades. Foi coordenador nacional de Abastecimento do Departamento Nacional de Combustíveis SNE/MINFRA, de Julho de 1990 até Abril de 1991. Diretor de Operação de Sistema e Presidente interino nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS entre 1991 e 1998. Foi Diretor – Geral da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico por 08 anos.. Ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Ampla Investimentos e Serviços S.A. desde 28 de abril de 2006 até 21 de novembro de 2011, data de sua incorporação. Além disso, foi Presidente do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A. de 2005 a 2021, da Ampla de 2008 a 2021 e da Coelce de 2006 a 2021. Atualmente, é Vice-Presidente dos Conselhos de Administração da Enel Brasil, Ampla, Coelce e Celg.</p>	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Márcia Sandra Roque Vieira Silva	<p>De nacionalidade brasileira, nascina em 14/06/1968. É graduada em Engenharia Civil, possui especialização em Engenharia de Segurança e Saúde Ocupacional, além de possuir MBA (Master in Business Administration) em Gestão de Negócios, com ênfase no setor elétrico, pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). No Grupo Enel, exerceu a função de: (i) Diretora de RH da Enel Green Power (Sul e Centro América), de novembro de 2014 a julho de 2016; e (ii) Diretora de RH da Latino américa (Endesa), de fevereiro de 2012 a novembro de 2014. A Sra. Marcia Sandra Roque Vieira Silva, atualmente, é Diretora de Presidente da Companhia Energética do Ceará – COELCE e Diretora de Mercado da Ampla Energia e Serviços S.A. , desde 2016; da Celg Distribuição S.A., desde 28 de novembro 2018; e da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., desde 22 de agosto de 2019. Além disso, ocupa cargo de membro do Conselho de Administração da Eletropaulo, desde 30 de novembro de 2018, e da Celg Distribuição S.A., desde 11 de outubro de 2019.</p>	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Guilherme Gomes Lencastre	<p>De nacionalidade brasileira, nascido em 17/08/1972, com formação em Engenharia de Produção - Civil pela Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Desde 2014 exerce a função de Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Infra-Estrutura e Redes do Grupo Enel. Nos 6 (seis) anos anteriores também exerceu a função de CEO (Chief Executive Officer) das Empresas de Geração do Grupo Enel no Brasil (CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A – CDSA, atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A) e da Transmissora do Grupo Enel no Brasil (atual Enel Cien S.A). Além disso, foi: (i) membro do Conselho de Administração da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, de novembro de 2005 a dezembro de 2012, tendo ocupado a posição de Presidente do respectivo conselho de janeiro de 2009 a dezembro de 2012; (ii) membro do Conselho de Administração da Companhia de Interconexão Energética - CIEN (atual Enel Cien S.A.), de janeiro de 2009 a junho de 2011; e (iii) membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A – CDSA (atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A), de fevereiro de 2005 a junho de 2011, tendo ocupado o cargo de Presidente de referido conselho de abril de 2009 a junho de 2011. Foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Infra-Estrutura e Redes da Enel Brasil até julho de 2021 e, atualmente, é o Presidente do Conselho de Administração da Enel Brasil, Ampla, Coelce, Celg e Eletropaulo.</p>	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.



NOME	PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL	QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM E AS PENAS APLICADAS	QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESPEFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER
Nicola Cotugno	De nacionalidade italiana, nascido em 24 de outubro de 1962, com formação em Engenharia Mecânica pela Universidade La Sapienza de Roma (Italia). Também cursou: (i) o Programa executivo de estudo de liderança para Energia pela Harvard Business School; (ii) a Tecnologia de estudo Nuclear para Executivos no Department of Nuclear Science and Engineering/MIT; (iii) o Programa Executivo Internacioanl pelo Institut européen d'administration des affaires - INSEAD (França); e (iv) o Treinamento técnico para gestores da ENEL pela ENEL Power Generation Academy. Foi: (i) membro do Conselho de Administração da Eurelectric (Associação das Empresas Europeias de Energia Elétrica); e (ii) membro do Conselho de Administração da Wano (Moscow Centre). Além destas, nos últimos 5 (cinco) anos também exerceu a função de: (i) Diretor de Geração, Diretor da Divisão de Gerenciamento de Energia e membro do Conselho de Administração da Slovenske Electrarne (Eslováquia), de 2013 a 2014; CEO da Slovenské Elektrárne (Eslováquia) e Presidente do Conselho de Administração Slovenske Electrarne (Eslováquia), de 2015 a 2016. A partir de 2016, ocupou a função de Diretor Presidente e Country Manager da Enel Chile e atualmente é Diretor Presidente da Enel Brasil e Country Manager do Grupo Enel no Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Alain Rosolino	De nacionalidade italiana, nascido em 02 de dezembro de 1978, com graduação em Economia e mestrado em Gestão de Negócios pela L.U.I.S.S. University (Roma). Nos últimos 5 anos, exerceu, em 2016, função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., no Chile; participou da integração da Enel Green Power Chile na estrutura do país, durante o período compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018; e, de 2018 a 2019, exerceu função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., na Argentina. Atualmente, exerce a função de Head of People and Organization, no Brasil, além de ser Diretor de Pessoas e Organização da Enel Brasil S.A., desde 25 de novembro de 2019.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.



NOME	PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPOU EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL	QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM E AS PENAS APLICADAS	QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER
Michelle Rodrigues Nogueira	De nacionalidade brasileira, nascida em 15/09/1977, formada em Ciências Contábeis na Universidade Gama Filho, com especialização em Gestão Tributária pela Universidade Cândido Mendes e Gestão de Negócios com ênfase no Setor Elétrico no IBMEC, entre outras especializações. Ingressou no Grupo Enel em 2005, onde ocupou, entre outros cargos, a de Responsável pela Gestão tributária do grupo Enel no Brasil, a função de membro titular do Conselho Administrativo da Ampla Investimentos S/A e da Brasilretos, atualmente é Diretora de Tributos do grupo Enel no Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
José Nunes de Almeida Neto	De nacionalidade brasileira, nascido em 15/12/1955. Graduado em Engenharia Elétrica, em 1979, pela Universidade Federal do Ceará - UFC, possui cursos de Especialização STC Executivo, Engenharia e Gestão na Fundação Dom Cabral, Northwestern University e Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Pós-graduado no ano de 2000, em Eficiência e Qualidade Energética, também, pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Em novembro de 1999 passou a ser Gerente de Projetos Institucionais, trabalhando na otimização do programa de investimentos especiais do Estado do Ceará, desde 2015 assumiu a Diretoria de Relações Institucionais do Grupo Enel no Brasil, e, atualmente, ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Celg.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Marcia Massoti de Carvalho	De nacionalidade brasileira, nascida em 01 de abril de 1976, gradou-se em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1998. Em 2001, concluiu o curso de pós-graduação em marketing pelo IGA-PUC-RJ. Em 2002, concluiu o curso de pós-graduação em gestão em telecomunicações pela Fundação Dom Cabral, e em 2004, concluiu o curso de pós-graduação em empreendedorismo pela ESPM, no Rio de Janeiro. Em 2007, concluiu o mestrado de economia com ênfase em finanças pelo IBEMEC-RJ, onde defendeu a tese "uso de opções reais para precificação das garantias de contrato: o caso expresso aeroporto". Iniciou suas atividades profissionais como analista em 1997, no banco BVA S.A, banco de investimentos do Rio de Janeiro, onde ficou até 2001, quando foi aprovada em um processo para trainee na Embratel S.A., onde permaneceu por 5 anos. Ingressou no Grupo Enel em 2006 para trabalhar como especialista em Planejamento e Controle da holding Enel Brasil. Em 2008, assumiu o cargo de responsável pelo Planejamento e Controle pelas empresas de geração do Grupo. Em 2009, depois de uma reestruturação das atividades pró-processos, assumiu a responsabilidade da área de reporte, onde ficou por 2 anos. Em 2011, assumiu o cargo de responsável pela secretaria técnica, área criada para suporte à presidência da Enel Brasil, onde permanecer por 4 anos. Desde dezembro de 2014, assume a responsabilidade pela área de Sustentabilidade de todas as empresas do Grupo.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Julia Freitas de Alcântara Nunes	De nacionalidade brasileira, nascida em 29/10/1976, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. Graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira, em 2002, como Gerente Financeira da Brasil Sul In e Com Ltda., Grupo com diferentes negócios para o Setor Público, tais como Lavanderia Hospitalar, Confeção Industrial, Construção Civil, Segurança Pública e Agronegócio. Em 2006, ingressou no Grupo Enel como Analista de Planejamento e Controle da Ampla, atuando como responsável pela Implementação, no Brasil, do Sistema de Reporting da Enel SpA. Posteriormente, ocupou diversos cargos dentro do Grupo. Foi Chefe de Planejamento e Controle de Geração e de Gerenciamento de Energia Brasil, de 2015 a 2016, e atualmente é a Chefe de Planejamento e Controle de Infraestrutura e Redes Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.



Gino Celentano	De nacionalidade italiana, nascido em 19 de abril de 1968, Gino Celentano é graduado em Engenharia Elétrica, com honras, pela Universidade de Nápoles Federico II, e recebeu seu Ph.D. em máquinas elétricas em 1996, com foco em motores assíncronos, ganhando no mesmo ano o "Prêmio Cannone" na Universidade de Pisa. Trabalhou como professor assistente na Universidade de Nápoles Federico II e ingressou na Enel Distribuição Itália, como Gerente de Sistemas de Controle Remoto de Rede, ocupando o cargo de 1997 a 1999. Em janeiro de 1999, passou a ocupar o cargo de Gerente de Controle Remoto de Redes, até 2001. De 2001 a 2002, ocupou cargo de Gerente de Redes de Alta Tensão. De 2002 a 2006, exerceu cargo de Gerente de Infraestrutura e Redes da região de Salerno, Itália, onde, também, ocupou cargo de Gerente de Operação e Manutenção, do ano de 2006 a 2007. Durante o mesmo ano de 2007, exerceu a função de Gerente de Suporte Técnico e, em seguida, Gerente de Desenvolvimento de Redes, das regiões de Puglia e Basilicata, na Itália. Já no ano de 2008, passou a exercer a função de Head de Infraestrutura e Redes das regiões de Puglia e Basilicata até 2010. De 2010 a 2019, exerceu função de Head de Infraestrutura e Redes em diversas regiões da Itália, até ocupar, atualmente, o cargo de Head de Infraestrutura e Redes Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Ana Claudia Gonçalves Rebello	De nacionalidade brasileira, nascida em 07 de outubro de 1971, Ana Claudia Rebello é advogada, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com MBA em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pelo IBMEC, com especialização em Arbitragem pela FGV/RJ. Ingressou no Grupo Enel em 2004, como Diretora Jurídica da Enel Distribuição Rio, tendo de 2006 a 2017 ocupado o cargo de Diretora Jurídica de Geração e Energy Management, passando, no período de 2017 a 2020, a também foi responsável pelos assuntos jurídicos das empresas Enel Green Power. Atualmente é responsável pelos assuntos jurídicos das empresas de distribuição de energia no Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Janaina Savino Vilella Carro	De nacionalidade brasileira, nascida em 29 de outubro de 1976, Janaina Savino Carro, Em 2008, passou a exercer a função de responsável pela área de Comunicação Externa da holding Enel Brasil e suas controladas. Em 27 de março de 2013, foi eleita como Diretora de Relações Institucionais e Comunicação da Ampla Energia e Serviços S.A.. Atualmente, é Diretora de Comunicação na Ampla Energia e Serviços S.A, na Companhia Energética do Ceará – COELCE, na Enel Cien S.A, a Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A, na Enel Brasil S.A e na CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. A Sra. Janaina Savino não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:



Conselho de Administração	Presença do Conselheiro / Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Guilherme Gomes Lencastre	11/12	91,66 %
Mario Fernando de Melo Santos	12/12	100%
Nicola Cotugno	10/12	83,33 %
Gino Celentano	6/9	66,66 %
Márcia Sandra Roque Vieira Silva	9/12	75%
Anna Paula Hiotte Pacheco	12/12	100%
Otacílio de Souza Junior	11/12	91,66 %

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui comitês da natureza especificada neste item.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários²⁵, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

A Companhia não possui comitês da natureza especificada neste item.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor



Não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

- O Sr. Mario Fernando de Melo Santos, hoje Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A., desde 25/05/2010.

- O Sr. Nicola Cotugno, hoje membro do Conselho de Administração da Companhia, é Diretor-Presidente da Enel Brasil S.A., desde 26/12/2018.

- O Sr. Guilherme Gomes Lencastre, hoje Presidente do Conselho de Administração da Companhia, foi Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da Enel Brasil S/A. de 22/12/2015 até 27/07/2021 e é Presidente do Conselho de Administração da Enel Brasil desde 30/03/2021.

- A Sra. Anna Paula Hiotte Pacheco, hoje membro do Conselho de Administração da Companhia, é Diretora de Regulação da Enel Brasil S.A., desde 11/07/2018.



- A Sra. Márcia Massotti de Carvalho, indicada para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração, é Diretora de Sustentabilidade da Enel Brasil S.A., desde 22/12/2015.
- O Sr. Gino Celentano, hoje membro do Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes na Enel Brasil S.A desde 27/07/2021;
- O Sr. Alain Rosolino, hoje Diretor de Pessoas e Organização e membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de Diretor de Pessoas e Organização da Enel Brasil S.A. desde 26/11/2019.
- O Sr. José Nunes de Almeida Neto, hoje Diretor de Relações Institucionais e membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de Diretor de Relações Institucionais da na Enel Brasil S.A. desde 22/12/2015.
- A Sra. Janaína Savino Vilella Carro, hoje Diretora de Comunicação e membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de Diretora de Comunicação da Enel Brasil desde 27/03/2013.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.